O TEMPO É CHEGADO: EUCLIDES NETO E OS PRINCÍPIOS DA CONDIÇÃO HUMANA E DA HEGEMONIA

Rita Lírio de Oliveira[1]

RESUMO
Este artigo tem como propósito a análise do livro O Tempo é Chegado, do escritor baiano Euclides Neto, tomando como referencial teórico os princípios da condição humana e da hegemonia, propostos respectivamente pelos filósofos Hannah Arendt (2007) e Antonio Gramsci – no caso deste, textos compilados pelo pensador italiano Luciano Gruppi (2000). Para tanto, a princípio, discorre-se e discute-se sobre tais premissas, como ato preparatório para, num segundo momento, analisar as narrativas que compõem o livro e contam a saga dos tipos humanos que compõem o painel social da região cacaueira do sul da Bahia (Brasil), sobretudo no que tange às lutas de classes, visando reconhecer nessas histórias curtas, traços das teorias arendtianas e gramscianas abordadas.
PALAVRAS-CHAVE*: Literatura. Condição humana. Hegemonia. Sociedade.*

O TEMPO É CHEGADO: THE PRINCIPLE OF HUMAN CONDITION AND HEGEMONY
ABSTRACT
This article has as purpose the analysis of the book O Tempo é Chegado, of the Bahia´s writer Euclides Neto, considering theoretical refences as the principles of human condition and hegemony, which are purposed respectively by Hannah Arendt and Antonio Gramsci. In order to reach this scope, firstly, it´s explained and discussed these initial ideas, as a preparatory act and, in a second moment, to analyze the narratives that compose the book and tell the saga of human types that constitute the social scenery of cocoa's region of south of Bahia (Brazil), above all in that concern to the classes´ fights, in order to recognize in these short histories, features of Arendt and Gramsci's theories aborded.
KEYWORDS*: Literature. Human Condition. Hegemony. Society.*

EL TIEMPO ES LLEGADO: EUCLIDES NETO Y LOS PRINCIPIOS DE LA CONDICIÓN HUMANA Y DA HEGEMONÍA
RESUMEN
Este artículo tiene el propósito de analizar el libro "O tempo é chegado", del escritor bahiano Euclides Neto, tomando como referencia teórica los principios de la condición humana y de la hegemonía, propuestos respectivamente por los filósofos Hannah Arendt (2007) y Antonio Gramsci (2000). Para eso, en principio, se discurre y se discute sobre tales premisas, como ato preparatorio para, en segundo momento, analizar las narrativas que componen el panel social de la región cacahuera del sur de la Bahía (Brasil) sobretodo en el que tañe a las luchas de clases, con la intención de reconocer en esas historias cortas, señales de las teorías arendtianas y gramiscianas abordadas.
PALABRAS-CLAVE*: Literatura. Condición Humana. Hegemonía. Sociedad.*

[1] Doutoranda em Literatura e Cultura pela UFBA. Professora de Língua Portuguesa, Literatura e Metodologia Científica (UNIME/Itabuna e FAINOR). rita.lirio@hotmail.com

A CONDIÇÃO HUMANA PARA HANNAH ARENDT E A HEGEMONIA PARA GRAMSCI

Hannah Arendt (1906-1975), na sua obra *A Condição Humana*, publicada originalmente em 1958, ao refletir sobre a atuação dos homens no mundo – a *Vita Activa* –, define as atividades fundamentais à vida humana: o *labor*, o *trabalho* e a *ação*. Sobre o *labor*, a filósofa afirma que é o processo biológico do corpo humano, em busca de sua subsistência. Dessa forma, a condição humana do *labor* é a própria *vida*, sendo o sujeito denominado *animal laborans*, comumente identificado na Antiguidade Clássica na figura dos escravos. Já o *trabalho* corresponde à produção artificial de objetos a serem empregados na construção do mundo, ou seja, para fins distintos dos fins da vida biológica, tendo por condição humana a *mundanidade*. O sujeito construtor denominou-se *homo faber*. A *ação*, por sua vez, é a "única atividade que se exerce diretamente entre os homens, sem a mediação dos objetos ou da matéria" (ARENDT, 2007, p. 15), tendo por condição humana a *pluralidade*.

As três atividades se processavam em duas esferas: a *privada* (o labor e o trabalho) e a *pública* (a ação). Na Antiguidade, o pensamento aristotélico já distinguia a esfera privada (*oikia)*, marcada pela convivência familiar na figura de uma só pessoa, e a esfera pública (*polis*), na qual os homens se relacionavam como iguais, por meio das palavras e do discurso persuasivo, rejeitando a violência. Assim, buscavam o autogoverno, sem dominarem nem se deixarem dominar. Essa condição pressupõe a ideia de liberdade, pois sem ela, a vida política não teria qualquer sentido.

Dessa forma, depreende-se que a identidade do sujeito é resultado das circunstâncias em que, no espaço público, o sujeito da ação goza da capacidade de pensar e agir livremente, considerando que a *pluralidade* é a condição humana da existência do homem na Terra, baseada no principio de que eles são seres racionais igualmente humanos, ainda que apresentem distinções em seus caracteres. A reflexão acerca dessas diferenças somente se dará por meio do "estar com os outros" em constante diálogo, pois "tudo o que os homens fazem, sabem ou experimentam só tem sentido na medida em que pode ser discutido" (ARENDT, 2007, p. 12).

Para Arendt (2007), a pluralidade acaba gerando uma dualidade caracterizada pela *igualdade* e pela *diferença*. A primeira implica a compreensão entre os homens; a segunda, a necessidade do discurso e da ação, condição fundamental para haver a comunicação e o entendimento. Ambas tornam os homens seres singulares, bem como a *alteridade*, que é a razão pela qual não se pode definir uma coisa sem distingui-la de outra. Essas três características se revelam no

discurso e na ação, que são a forma como os homens se manifestam entre si, tornando-os seres políticos, haja vista que "é o discurso que faz do homem um ser político" (ARENDT, 2007, p. 11).

A ação sugere a convivência, uma vez que não se é possível havê-la no isolamento. O contato do sujeito com o mundo físico e mundano (espaço público), bem como a ação e o discurso processados no convívio dos homens entre si, geram o que Arendt (2007) denomina de **teia das relações humanas** e esclarece que o termo *público* tanto pode significar tudo o que é visto e ouvido por todos quando aparece em público, como indica o próprio mundo, pois é comum a todos, a despeito do espaço privado que cada um possui nesse mundo.

A revelação do sujeito (aparência), por meio do discurso, ocorre sempre em uma teia de relações humanas já existente, em que a ação, por sua vez, produz histórias. Dessa forma, a história é compreendida como um produto da ação e do discurso. Entretanto, a autora afirma que o sujeito da história é uma abstração que jamais se tornará um agente ativo, ou seja, "ninguém é autor ou criador da história da sua própria vida" (ARENDT, 2007, p. 197).

O poder, por sua vez, é o que assegura a existência do espaço público onde se dão as relações humanas por meio do discurso e da ação. Noutras palavras, o poder surge apenas quando os homens estão juntos, razão pela qual sem convivência, não há poder. Da mesma forma, o homem que opta pelo isolamento, abdica do poder.

Por outro lado, a convicção que o máximo que o homem podia atingir era o aparecimento e a realização de si mesmo é contrariada pela convicção do *homo faber* de que os objetos fabricados poderiam vir a ser mais em si mesmos, como mais duradouros do que o próprio homem, não obstante também pela crença do *animal laborans* de que a vida é o bem supremo. Pode-se dizer que ambos julgariam as atividades públicas pelo critério da utilidade, isto é, para o *homo faber* fundamental era tornar a vida mais útil e bela; para o *animal laborans*, a vida mais fácil e longa.

Todavia, isto

> não significa que ambos possam prescindir inteiramente da esfera pública, pois, sem o espaço da aparência e sem a confiança na ação e no discurso como forma de convivência, é impossível estabelecer inequivocadamente a realidade do próprio eu, da própria identidade, bem como a realidade do mundo circundante (ARENDT, 2007, p. 220).

A realidade de mundo compreende o fato de ele ser comum a todos. Portanto, a hierarquia do senso comum está relacionada a percepções sensoriais da realidade, razão pela qual se pode assegurar que o declínio do senso comum é proporcional ao crescimento da superstição e da crença,

sobretudo numa sociedade de operários que numa sociedade de produtores. A supressão do espaço da aparência e o declínio do senso comum resultam em alienação.

Arendt (2007) esclarece que a admissão na esfera pública é que distingue o escravo do trabalhador moderno. Emancipado, torna-se possível ao trabalhador aparecer no espaço público, ainda que isso não signifique a sua aceitação na sociedade. O movimento operário, por sua vez, ao defender seus interesses econômicos, buscava, na verdade, o reconhecimento político. Assim, o movimento operário inserido no espaço político, tornou-se a única organização cujos homens agiam e falavam como homens, mas não como membros da sociedade.

Segundo Arendt (2007), os operários deixaram de estar à margem da sociedade, fazendo parte delas na função de assalariados detentores de empregos, todavia como qualquer outra classe. Ao se tornar parte integrante da sociedade, o movimento operário perdeu seu caráter político, e, quando seu conteúdo e objetivos se tornaram ambíguos, perdeu a capacidade de representar o povo como um todo. Assim, viu-se na era moderna, a transformação da sociedade de classes numa sociedade de massas.

Ao pensamento arendtiano acerca da condição humana, até aqui explicitado, pode-se fazer um paralelo com o pensamento do filósofo e cientista político italiano Antonio Gramsci (1891-1937), acerca da sua concepção sobre o homem e o conceito de hegemonia, baseando-se este artigo na releitura que deles se faz pelo destacado pensador italiano da atualidade Luciano Gruppi (2000).

Segundo Gruppi (2000), Gramsci concebe o homem como sujeito dotado de discurso, participante do senso comum, religioso, portanto, um filósofo. Noutras palavras, o seu conceito de homem não é abstrato, mas histórico, concreto, situando o homem em suas relações sociais e ativas, nas quais a individualidade não é o único elemento levado em consideração, pois a humanidade que se reflete em cada individualidade é composta por diversos elementos: o indivíduo, os outros homens e a natureza.

Não obstante, a abordagem gramsciana não se refere ao homem em geral, mas à vida cultural das **classes subalternas**, dos **trabalhadores**, dos **camponeses**. Desse modo, pontua que todo homem possui uma concepção de mundo, ainda que inconsciente, pelo simples fato de possuir um discurso, tendo em vista que o mesmo é por si só uma forma de conceber o mundo, tal qual também afirma Arendt (2007).

Sobre outro aspecto, Gramsci acredita ainda que todo homem possui uma **consciência subordinada**, imposta pelo ambiente em que vive, para a qual concorrem influências diversas e contraditórias. A consciência é uma relação social e também o resultado dessa relação.

Diante disso, Gramsci aponta um problema crucial: como elaborar uma concepção de mundo consciente, crítica, no sentido de escolher a própria atividade e participar ativamente na produção da história do mundo, não aceitando passivamente do exterior a marca da própria personalidade? Para ele, a formação da consciência crítica, não se dá por um processo de reflexão pura e apenas pessoal, mas resulta de um processo social, de uma formação político-ideológica, para tanto, o partido exerce uma função primordial.

Para Gramsci, as classes sociais dominadas ou subalternas participam de uma concepção ideológica de mundo imposta pelas classes dominantes. Sendo assim, as classes dominantes impõem a sua ideologia às classes subalternas, operária e camponesa, por vários canais (escola, religião, serviço militar, cinema, rádio, dentre outros), por meio dos quais se constrói o que Gramsci chama de *hegemonia*.

A *hegemonia* é capacidade de unificar e de conservar unido um bloco social heterogêneo, permeado por contradições, impedindo que os contrastes provoquem uma crise na ideologia dominante, evitando uma crise política das forças no poder. Noutras palavras, é a liderança cultural-político-ideológica de uma classe sobre as outras. Contudo, as formas históricas da hegemonia se alteram de acordo com a natureza das forças sociais que a exercem.

Entretanto, critica a postura adotada pelas classes subalternas, que na busca de atender às suas próprias necessidades, reivindicam, travam lutas e movimentos, destituídas de uma concepção de mundo crítica, ressaltando a importância da unificação entre ação e teoria, política e filosofia e, sobretudo, da formação de um **bom senso** (visão crítica do mundo), de uma nova concepção que parta do senso comum, não a fim de mantê-lo, mas de criticá-lo e unificá-lo. Aqui, percebe-se a visão de cultura não de forma aristocrática, mas numa interação com as grandes massas e o modo de sentir dessas massas.

Para se criar uma nova cultura, é necessário difundir criticamente verdades já descobertas, tornando-as alicerce para ações vitais, elemento de coordenação, de ordem intelectual e moral; não deve ser apenas uma realização individual de descobertas originais. Logo, “deve-se realizar uma obra política, organizativa, pedagógica, de difusão das novas conquistas culturais entre as massas” (GRUPPI, 2000, p. 78).

Gramsci afirma que a *hegemonia do proletariado* (*ditadura do proletariado*, referindo-se a Lênin) tem um valor filosófico, pois representa a transformação, a construção de uma nova sociedade, com uma nova organização política e uma nova estrutura econômica, baseada em uma nova orientação ideológica e cultural, em que há uma possibilidade da mutação do poder de uma classe sobre a outra. Para ele, "o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora" (ibid., p.5). Sendo a hegemonia a capacidade de direção, de conquistar alianças, fornecendo uma base social ao Estado proletário, Gramsci distingue a *hegemonia do proletariado* da *ditadura do proletariado*, pois segundo ele, a primeira é realizada na sociedade civil, enquanto a segunda é a forma estatal assumida pela hegemonia.

Conforme Jesus (1989), Gramsci afirma que as relações sociais, no modo de produção capitalista, acontecem dentro de um contexto de dominação e direção, sendo assim, hegemônico. Desta forma, "do antagonismo entre as classes, uma delas emerge como dominante, procurando manter o domínio e a direção sobre o conjunto da sociedade através do consenso" (JESUS, 1989, p. 43).

Salienta-se que, na tentativa de buscar ocultar e dissimular as contradições existentes entre essas classes, a educação, mesmo a da classe dominante, pode tornar possível a consciência das contradições pela classe dominada, ponto fundamental para a contra-hegemonia, que somente pode ser permitida e consolidada se houver uma nova cultura criada pelo proletariado, por meio de uma nova educação e em uma nova sociedade.

O TEMPO É CHEGADO: A CONDIÇÃO HUMANA E A HEGEMONIA

O escritor sul-baiano Euclides Neto (1925-2000) edificou a sua obra literária basicamente na luta de classes entre os abastados e a plebe operária, tendo por cenário as roças de cacau do Sul da Bahia, tema este que se tornaria, como bem explicita Cesar (2003), o seu *leitmotiv*, ou seja, objeto de clara insistência que envolve uma significação especial em retratar e narrar a saga de homens que habitaram aquele pedaço de chão.

Cidadão de formação e militância político-ideológica social-marxista, Euclides enfeixa e expõe em sua obra os embates decorrentes dos contrastes e da exploração do homem simples pelas elites detentoras das riquezas e da propriedade, tomando partido, evidentemente, do lado mais frágil.

Neste artigo, tomamos por objeto as narrativas euclidianas reunidas em seu livro de publicação póstuma *O Tempo é Chegado* (2002), à luz das teorias engendradas por Hannah Arendt e Antonio Gramsci, no que tange respectivamente às premissas da *condição humana* e os princípios da *hegemonia*.

Do que foi explicitado anteriormente acerca da *condição humana*, depreende-se que, na Antiguidade Clássica, o homem somente se tornava distinto do animal na aparência pública, na qual era livre e capaz de pensar, mover-se e agir, salvo de qualquer imposição ou violência. Todavia, em contrapartida, na esfera privada, o homem, marginal do mundo, era assemelhado a animais, além de ter explorada a sua força de trabalho.

De acordo com Arendt[2] (1983 apud AGUIAR, 2004), a esfera social resulta de certo hibridismo entre as esferas pública e privada, fazendo o homem aproximar-se do que ele sempre se mostrou arredio: a sua dimensão biológica. Dessa forma, a esfera das atividades passa a ser valorizada, haja vista que os homens se voltam e se empenham para a manutenção da vida, um bem supremo.

Entretanto, Arendt revela o surgimento das sociedades de massa, marcada pela redução dos homens à sua função de suporte desse processo biológico, por meio dos mecanismos de controle da sua capacidade e da sua liberdade de pensar, agir e produzir. Massificados, os homens se tornam objetos descartáveis e substituíveis, "uma vez que o biológico priorizado impõe uma forma de organização dos homens em que eles não passam de meros meios, funções, para realização do progresso e, assim, como tais, como seres singulares, se tornam supérfluos" (AGUIAR, 2004, s/p.).

Em várias passagens de *O Tempo é Chegado*, de Euclides Neto, assim como praticamente toda sua obra literária, é possível detectar essa transformação dos homens em ferramenta de progresso descartáveis. Tomando por base o cenário rural do Sul da Bahia, Neto expõe as mazelas de uma sociedade cujos anos de riqueza foram gozados por poucos, enquanto os miseráveis tiveram função quando, por meio da sua força de trabalho, construiu essa riqueza que nunca foi partilhada

[2] ARENDT, H. A Condição Humana. Trad. de Roberto Raposo, Rio de Janeiro: Forense, 1983.

consigo. E quando sucumbiu a região, outrora rica e dadivosa, esses homens foram sumariamente desprezados.

Assim, tal qual *animal laborans*, que laboravam para suprir as necessidades de outrem e produziam bens para garantir a sustentabilidade do mundo, os agregados das roças de cacau, subassalariados quando muito, tinham sua força de trabalho subjugada e explorada pelos proprietários da terra, bem como eram tratados como seres inferiores, cuja condição era entendida como essencial e legítima.

O conto *Retirantes das Terras da Promissão*, que estampa a triste sina desses miseráveis, expulsos pela força vingativa da natureza e da sua própria incapacidade de reagir, dada a sua condição humana, ante a sucumbência: "Retirantes passavam aos magotes. Eram trabalhadores, despedidos das fazendas. Entravam no buraco do mundo, sem destino, tangidos pela seca. As casas ficavam vazias, portas e janelas caindo, caveiras abandonadas" (NETO, 2001, p. 138).

Este invariavelmente era o destino dos explorados n'*O Tempo é Chegado*. Não obstante, Euclides demonstra, nesta produção, o quanto essa gente sofrida já padecia sob o jugo dos poderosos fazendeiros, que se impunham pela autoridade mediante a violência e a ameaça temerária, enquanto gozava dos prazeres proporcionados pela força do trabalho que explorava. Bom exemplo é o principal conto do livro, *O Tempo é Chegado*, aquele que inclusive dá nome à coletânea:

> a força política do Dr. Santos, capaz de nomear para delegado de Camumuzinho, seu gerente da fazenda, mandando e tresmandando, prendendo trabalhador que não queira sair por bem, jogando-lhe processos nas costelas, bastava saber que tinha procurado o sindicato rural para reclamar na Justiça do Trabalho. Tão importante que há 25 anos não perdia o tempo correndo as roças. Não dispunha de horas vagas. Preferia gozar as estações das águas, hospedando-se nos soberbos hotéis, jogando até no Cassino de Macau, donde escrevera carta mandando que cortassem as jaqueiras e laranjeiras d'água das roças para que **a gentinha preguiçosa dos eitos** não perdesse tempo na hora do serviço. Sentia o gozo especial em maltratar os macaqueiros, uma vingança que nem ele sabia de onde vinha (NETO, 2001, p. 12, grifos nossos).

Esse trecho até explicita que os trabalhadores das roças de cacau possuíam uma consciência crítica, tanto que, ao se sentirem lesados ou injustiçados, encontra na representação do seu sindicato a sua voz de protesto. Todavia, Neto explicita a concentração de poder nas mãos dos fazendeiros que recorriam sempre à violência para debelar qualquer tipo de resistência a sua ascendência e instaurar a sua coercibilidade sobre os fracos. Para tanto, tratavam-se de se manter sob o seu poder as organizações legalmente constituídas, cujas funções precípuas eram as de manter a ordem e sanar as injustiças. Entretanto, na prática, isto não ocorria. Além disso, cooptavam ideologicamente, como

classe dominante, essa classe subalterna, constituindo o seu poder hegemônico, como bem indica Gramsci (GRUPPI, 2000).

Todavia, para Gramsci, era quase impossível haver o domínio pleno de uma classe sobre as demais, a não ser nos regimes ditatoriais ou terroristas. Salvo essas imposições, um poder hegemônico poderia ter sua supremacia contestada ou ser substituído por outra hegemonia, configurando um movimento contra-hegemônico. Essas duas situações encontram ilustrações nas narrativas d'*O Tempo é Chegado*, sobretudo em dois contos: *O Advogado e o Burro Ladrão* e *Os Ciganos.*

O primeiro narra a história do advogado novato Dr. Zequinha, que, ao aceitar defender um suposto réu-confesso num julgamento de cartas marcadas, cuja condenação era dada como certa, ousou contrariar o poder hegemônico vigente de determinada região, concentrado nas mãos dos implacáveis irmão Fagundes, maiores interessados na má sorte do processado, por misteriosa questão passional. Um deles,

> era o homem mais importante da região – quem mais colhia cacau no mundo. Acionista da metade de um banco, com muitos armazéns de compra. Ainda emprestava dinheiro a juros. Até nas questões judiciais era ele quem indicava os advogados às partes. [...] Mas o Prefeito, como não poderia deixar de ser, era gente sua. Irmão. Com ele, escreveu não leu, o pau comeu. Violento, cercado de capangas. Ele mesmo saía no comércio e cobrava impostos. Se havia alguma resistência, engarguelava o contribuinte, dava duas sacudidelas convincentes, de quem media quase uma braça de altura, e não tinha quem não liquidasse os compromissos com o erário (NETO, 2001, p. 37).

Dados esses perfis, o narrador alerta que o advogado que se indispusesse contra esse poder estaria se condenando ao banimento ou a aflições, como foi o caso do advogado que resolvera contrariar um dos irmãos, recebendo uma surra tão inclemente, que ficou conhecido como Dr. Moqueca, devido ao estado em que ficou. Indubitavelmente, o meio principal para estabelecer a sua hegemonia, era o medo. Todavia, o intimorato causídico não se recusou a defender um "João", antigo agregado do fazendeiro e acusado de ter assassinado o próprio irmão. Até mesmo consciente que o aparelho judiciário, representado pela promotoria, os jurados, a defensoria e a acusação, estava sobre a influência dos Fagundes. Insurgiu contra aquela farsa, comprovou as irregularidades a olhos vistos constantes nos autos, conseguindo inocentar e absolver o infeliz.

De uma forma geral, em *O Tempo é Chegado*, percebe-se que não há a chamada hegemonia do proletariado, pois não há por parte das classes subalternas – trabalhadores rurais, lavadeiras, retirantes, citadinos – uma consciência crítica a ponto de criar uma nova organização política e uma estrutura econômica baseada em uma nova ideologia.

Entretanto, o segundo conto citado – *Os Ciganos* –, revela-se como um bom exemplo de contra-hegemonia. Euclides Neto, já na primeira frase, é rompedor: "Derrubaram as barragens" (NETO, 2001, p. 65). Tal ação sugere uma metáfora, seguida pela vicissitude que está por vir: "Daí a pouco os ciganos estariam nos quintais, pegando as criações e invadindo as roças de cacau, em busca de jacas e outras frutas. Famintos, nem tanto. Vício antigo".

De modo geral, a narrativa trata da chegada à região desse povo que gera simultaneamente repulsão, medo e curiosidade na gente nativa, e certo encanto paradoxal. Valendo-se do ocaso da região, chega com suas riquezas e cultura, tentando se impor e dominar o lugar. A princípio, os ciganos se impuseram economicamente, "explorando a miséria que andava nas roças de cacau" (NETO, 2001, p. 68), a emprestar dinheiro mediante cobrança de juros, subjugando os endividados, principalmente os antigos dominadores, os fazendeiros, ex-abastados, que necessitavam de dinheiro "para pagar os trabalhadores e até mesmo para comer" (NETO, 2001, p. 69).

Depois descobriram que para dominar, necessitavam dominar o aparelho estatal: "apareceu o gosto pela política" (NETO, 2001, p. 69), e se convenceram que deviam ter um candidato próprio, ainda que não atendessem as prerrogativas legais para tal. Nada que não fosse resolvido, controlando o judiciário local. Os "gajões", assim, fizeram de tudo para ter sob o seu controle a próxima administração, pois "o gozo do poder acordou no bando um velho desejo, adormecido pelos séculos. [...] A vontade agora era ter pelo menos uma cidade própria, com fazendas, dominando o comércio" (NETO, 2001, p. 70).

N'*Os Ciganos*, encontra-se um processo de rejeição e luta contra a hegemonia da classe dominante, ou seja, um processo de contra-hegemonia, de forma que se acionam os agentes e instituições comuns a todas as classes, possibilitando a essa casta assumir o papel de dirigente.

Como se vê, por meio de narrativas curtas, *O Tempo é Chegado* narra a saga da gente que povoou e povoa a região cacaueira do sul da Bahia, evidenciando os jogos do poder, as tensões pela terra e a má sorte do homem supostamente livre, muito mais oprimido, indefeso e incapaz de reagir, uma vez que possuem uma consciência subordinada, pois fazem e aceitam, sem questionar, as atividades e funções subalternas.

Portanto, percebe-se como Neto adota temáticas possíveis de correlacioná-las com os pensamentos de Arendt e Gramsci, temáticas essas que há muito tempo se discute nas Ciências Sociais das quais os dois pensadores fazem parte, haja vista os estudos que fizeram acerca da construção da identidade do sujeito da ação no domínio público, no que tange à relação do homem e

o seu mundo, sobretudo, das questões sociais que envolvem o homem livre para pensar e agir, enquanto, por outro lado, subordina intelectualmente tantos outros.

Igualmente, longe de se ater a um maniqueísmo gratuito e doutrinário, fundado no princípio de opostos, de bem e mal, o escritor baiano quer demonstrar a sua busca por um mundo melhor, quiçá utópico, pautado na harmonia pretendida por uma sociedade mais justa e igualitária, na qual prevalece a celebração do ser humano.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, O. A. A questão social em Hannah Arendt. In: **Trans/Form/Ação**, v. 27, n. 2, Marília, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732004000200001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 19/03/2014.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CESAR, E. **O romance dos excluídos**: terra e política em Euclides Neto. Ilhéus: Editus, 2003.

GRUPPI, L. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Apresentação de Luiz Werneck Vianna. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

JESUS, A. T. de. **Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1989.

NETO, E. **O tempo é chegado**. Ilhéus: Editus, 2001.